Aula 5

TRANSFORMAÇÕES NO FEUDALISMO

META

Retomar o estudo do modo de produção feudal, enfocando transformações ocorridas no feudalismo sob estímulo do próprio sistema.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar as transformações ocorridas no ocidente europeu como resultado da renovação e expansão do sistema feudal.

Destacar o papel do triplo crescimento: demográfico, econômico e territorial no processo de transformação do feudalismo.

Investigar a situação das instituições feudovassálicas após o século XIII.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

"Nascido em fins do século IX ou princípios do X – após centenas de anos de gestação – o Feudalismo conheceu seu período de mais intenso crescimento de meados do século XI a meados do século XIII". O crescimento demográfico, econômico e territorial identifica, na perspectiva de Hilário Franco Júnior, transformações resultantes do próprio dinamismo do modo de produção feudal. Vamos à leitura de um texto desse estudioso do medievo.

A DINÂMICA

Figura 12: Relações feudo-vassálicas / http://historia10alfandega.blogspot.com.br

Gestação, nascimento, crescimento, reprodução, morte. Também as sociedades passam por este ciclo vital. E com o Feudalismo não poderia ser diferente. Mal estava completada sua estruturação, o Feudalismo já começava a sofrer transformações. Era a dinâmica feudal, isto é, o próprio movimento do corpo social, a vida enfim da sociedade, que desencadeava uma série de mutações que de um lado expressavam a vitalidade do Feudalismo na sua maturidade, mas de outro levavam à sua velhice e decadência. Nascido em fins do século IX ou princípios do X – Após centenas de anos de gestação – o Feudalismo conheceu seu período de mais intenso crescimento de meados do século XI a meados do século XIII.

Isso foi possível porque o Feudalismo significara uma reorganização da sociedade em novos moldes, mais de acordo com as condições decorrentes do fracasso do Império Carolíngio e com as profundas transformações que ocorriam há séculos. Contudo, tal reorganização (estrutura) provocava um movimento geral de renovação e expansão (dinâmica) que trazia em si os germes que acabariam por abalar seus próprios fundamentos (crise). Aquela revitalização da sociedade cristã ocidental expressou-se num triplo crescimento, demográfico, econômico e territorial.

O primeiro deles, o crescimento demográfico, ocorreu como resposta lógica a uma sociedade que não encontrava obstáculos à tendência natural que toda espécie tem para se multiplicar. De fato, na época feudal, dois importantes fatores de mortalidade foram pouco ativos: as epidemias e a guerra. A natalidade, por sua vez, era favorecida pela abundância de recursos naturais, pela suavização do clima, pela transformação jurídica do campesinato, pelas inovações das técnicas agrícolas. (...) Apesar de ter havido o desbravamento, a conquista e a ocupação de vastos territórios, a densidade populacional quase dobrou de fins do século VIII a fins do XIII.

Um fator que explica esse crescimento populacional foi a ausência de epidemias no Ocidente dos séculos X-XIII. A malária, devastadora nos últimos tempos do Império Romano, assumiu forma mais benigna, talvez devido ao próprio desenvolvimento de anticorpos por parte das populações anteriormente atingidas. A peste, presente até o século VIII (e que reapareceria no XIV), também desapareceu no período feudal, talvez porque o despovoamento que ela provocara em várias regiões dificultava sua própria propagação. Assim, parece que a crise demográfica da Alta Idade Média esteve nas origens da expansão populacional da Idade Média Central, da mesma forma que esta se encontra nas raízes da crise demográfica da Baixa Idade Média.

Outro fator era o tipo de guerra da época feudal, constante mas pouco destruidora. Isso se devia ao fato de ela não envolver grandes tropas de combatentes anônimos, como nas legiões romanas ou nos exércitos nacionais modernos, mas apenas pequenos bandos de guerreiros de elite, os cavaleiros. O equipamento desses era sobretudo defensivo (especialmente a armadura que protegia praticamente todo o corpo), minimizando nos combates o número de mortes. Na verdade, a guerra feudal não objetivava a morte do adversário, mas apenas sua captura. Em parte, porque assim cada cavaleiro podia provar seu valor de guerreiro e ao mesmo tempo exigir um resgate pelo prisioneiro (como sabemos, uma das obrigações dos vassalos era pagar o resgate de seu senhor feudal aprisionado). Em parte, devido a certa consciência de classe que – se não impedia os cavaleiros de disputarem entre si a posse de terras e poderes políticos – fazia deles mais adversários do que inimigos.

Um terceiro elemento a ser considerado é a abundância de recursos naturais existente na época feudal. De fato, o recuo demográfico dos sécu-

los III-VIII fizera com que extensas áreas anteriormente cultivadas fossem abandonadas e ocupadas por bosques e florestas. Assim, o homem podia obter ali frutos silvestres e caça para sua alimentação e, sobretudo, madeira, o principal material de construção e combustível de que dispunha. Mais ainda, a maior produtividade agrícola que então ocorria devia-se em parte ao cultivo de zonas desmatadas e, portanto, de solos virgens e de grande fertilidade.

As mudanças climáticas são difíceis de serem acompanhadas, porém tudo indica que desde meados do século VIII tornou-se mais seco e temperado que antes. Desta forma, a paisagem de alguns locais foi alterada e humanizada; a viticultura pode expandir-se em regiões anteriormente impróprias, como a Inglaterra. No conjunto da Europa, a produtividade agrícola foi beneficiada por essa suavização do clima. O período mais quente e seco não apenas tornou determinadas áreas cultiváveis e habitáveis, como também contribuiu para dificultar a difusão da peste, sempre favorecida em climas úmidos.

A passagem da escravidão para a servidão também teve influência no incremento populacional. O comportamento demográfico do escravo é geralmente pouco propício ao crescimento. De um lado em função da alta mortalidade decorrente de um baixo padrão de vida (má alimentação, maus tratos, ignorância). De outro, em função de uma baixa natalidade resultante de sua condição psicológica: não desejando a mesma sorte para os filhos e também como forma de protesto e oposição à escravidão recorria-se muito a práticas contraceptivas, abortivas e infanticidas. Assim , a melhoria do estatuto jurídico do escravo incentivava sua reprodução: ele passava a ter um lote de terra para cultivar, tinha obrigações fixas e limitadas e não mais arbitrárias, não podia ser separado da família.

As inovações técnicas beneficiaram a produção agrícola, mas não se sabe qual o ponto de partida: foram elas que ao aumentarem a produção possibilitaram o crescimento demográfico, ou este é que tornou necessário o crescimento técnico? De qualquer forma, três aperfeiçoamentos exerceram ação direta sobre o desenvolvimento agrícola e assim [...] da população. Um foi a charrua, tipo de arado mais eficiente por penetrar mais profundamente no solo [...]. Outro foi o novo sistema de atrelar os animais, possibilitando utilizar mais eficientemente nos trabalhos do campo a força motriz cavalar e bovina. Outro ainda foi o sistema de rodízio das terras, pelo qual ocorria uma alternância dos cultivos (cereais, leguminosas) sobre uma mesma área, impedindo que ela se esgotasse. Desta forma, não só a produtividade cresceu como também os hábitos alimentares se modificaram, com uma dieta mais rica em proteínas (ervilha, lentilha, leite, carne) e assim uma menor mortalidade.

Figura 13: Estrutura Econômica da Idade Média séc. X-XIII/ http://www.historiaemperspectiva.com

O crescimento econômico manifestou-se sobretudo através de três fenômenos: maior produção, progresso do setor urbano, acentuada monetarização. Apesar de a elevação da produtividade ter ocorrido em todos os setores, naturalmente numa economia agrária o processo foi desencadeado pelo setor primário. De fato, foram os excedentes gerados pela agricultura que forneceram as matérias-primas básicas para a indústria artesanal e assim permitiram a intensificação do comércio. Esse incremento da produção agrícola teve como ponto de partida as inovações técnicas e a melhoria climática de que falamos mais acima. Como assim era possível alimentar-se um maior número de cabeças de gado, havia maior disponibilidade de adubo, o que também influenciou positivamente a agricultura. [...]

Contudo, como o ritmo de crescimento populacional era mais intenso, desde meados do século XI verificava-se uma alta nos preços dos cereais. Isso incentivava os arroteamentos, ou seja, a procura de novas áreas para a agricultura através do recuo das florestas, dos terrenos baldios e das zonas pantanosas. Foi desta forma que a área cultivável da Europa Ocidental estendeu-se bastante. Porém, muitas das terras então ocupadas não eram propícias à agricultura, sendo entregues à pecuária. Assim, é claro, esse setor conheceu grande avanço, já que a crescente população pressionava por mais carne e leite, a agricultura precisava de força-motriz animal, o artesanato necessitava de matérias-primas como couro, chifres e ossos. Mas, sobretudo, crescia muito a procura por lã e consequentemente pelo rebanho ovino [...].

Portanto, também no setor secundário a produção conhecia claros progressos. Desenvolveram-se especialmente a indústria têxtil e a de construção, como resultado das necessidades impostas pelo crescimento demográfico [...] O ramo têxtil envolvia boa parte da população de muitas

cidades, recorrendo à divisão do trabalho – cerca de 30 corporações diferentes da matéria-prima ao produto acabado – para agilizar a produção e baratear a mercadoria.

Se esse desenvolvimento do artesanato atestava o progresso urbano dos séculos XI-XIII, é importante lembrar contudo que a sociedade ocidental permanecia essencialmente agrária. De fato, apenas 10 ou 20% da população total moravam em cidades. Ademais, estas cresciam basicamente graças à imigração de elementos originários do campo, que viam na fuga para os centros urbanos a forma de escapar à dependência de um senhor [...]. Entende-se assim, por que as monarquias favoreciam a autonomia das cidades, vistas como elementos antifeudais.

No entanto, isso se tornaria claro somente a partir de meados do século XII, quando o conjunto de transformações saídas da própria dinâmica feudal começava a comprometer o Feudalismo. Até aquele momento, os senhores feudais viam com bons olhos a formação ou o desenvolvimento das cidades nas suas terras. Elas lhes pareciam boas fontes de taxas e impostos e locais cômodos para vender os excedentes produtivos dos seus senhorios. Mesmo depois de obter sua autonomia (comprando-a ou lutando por ela), a cidade não podia naturalmente desligar-se do mundo feudal, do qual recebia reforços populacionais e matérias-primas, e para o qual vendia seus produtos manufaturados. Como qualquer homem livre, a cidade passava a se ligar a pessoas ou a outras cidades através de contratos feudo-vassálicos. Não era raro, sobretudo na Itália, explorando o trabalho dos seus camponeses como qualquer senhor feudal. Em suma, se de um lado as cidades negavam o mundo agrário e aristocrático do Feudalismo, de outro estavam perfeitamente encaixadas nele.

De qualquer forma, o progresso urbano era parte do crescimento econômico global do Feudalismo. Sem a maior produção agrícola não teria sido possível alimentar a crescente população urbana [...]. Sem o excedente demográfico rural, aliás, a população urbana não teria atingido os níveis que atingiu. Sem o campo fornecer matérias-primas, o artesanato urbano não poderia expandir sua produção. Sem a maior capacidade de compra por parte do campo, as cidades não venderiam sua crescente produção. Sem a exportação de trigo, vinho, madeira, ferro e tecidos não se desenvolveriam o comércio internacional e a importação de mercadorias orientais (especiarias, seda, produtos de luxo). Sem essa intensificação do comércio não haveria condições para as atividades bancárias.

O revigoramento do artesanato e do comércio implicava, é claro, uma ativação da economia monetária. Ao contrário do que pensavam tempos atrás, os historiadores sabem hoje que jamais o Feudalismo foi uma economia natural, isto é, sem moeda, porém não negam que ela era pouco utilizada até fins do século XI. Desde então, contudo, o aumento da produção, tornando necessário vender o excesso e criando oportunidades de compras,

levou a se recolocar em circulação moedas e metais preciosos entesourados. Além disso, o progresso da mineração e os metais trazidos do Oriente pelo comércio permitiam a cunhagem de moedas. Essa monetarização da economia feudal, ao tempo que expressava o vigor do Feudalismo, contribuía para que nele ocorressem importantes transformações.

Por exemplo, a comutação das obrigações servis em pagamentos em moeda. Como a maior produtividade permitia aos camponeses ficarem com um excedente, eles o vendiam na feira local e obtinham assim certa renda monetária. Ora, desejando o senhor comprar os produtos orientais oferecidos pelos mercadores, precisava cada vez de mais moedas, e passava a recebê-las dos seus servos ao invés dos produtos ou serviços que eles lhe deviam. Ademais, o senhor podia assim contratar para certas tarefas mão-de-obra assalariada, geralmente mais eficiente e bastante barata devido ao crescimento populacional. Portanto, desta forma ia se descaracterizando um dos elementos centrais do Feudalismo.

Também no plano institucional a monetarização da economia provocava mudanças. Já em fins do século XVI era conhecido em algumas regiões o feudo de bolsa ou feudo-renda, pelo qual o senhor comprometia-se a remunerar o vassalo não com terras, mas com uma quantia, geralmente em moeda, paga periodicamente. Como parte do mesmo processo de monetarização das relações vassálicas, desde a segunda metade do século XII na Inglaterra os vassalos reais podiam ser dispensados do serviço militar em troca de uma taxa monetária que permitia ao rei contratar forças mercenárias. Mais significativo ainda, a partir do século XII passou-se a aceitar a alienabilidade do feudo, isto é, a venda de um direito sobre ele, pois como sabemos o vassalo tinha apenas o usufruto e não a propriedade do feudo.

O crescimento territorial – terceiro aspecto da dinâmica feudal - foi o resultado lógico da necessidade de exportar os excedentes de população e de mercadorias, decorrentes do crescimento demográfico e econômico. Nesse sentido, representou uma tentativa instintiva de sobrevivência, que expulsava do corpo social um excesso de vitalidade que poderia sufocá-lo. Mas desta forma tornou-se um fenômeno de grande alcance: a penetração, o domínio e a fixação de grupos feudais em outras áreas significaram a própria expansão do Feudalismo, a reprodução do sistema.

Assim, limitado originalmente aos territórios do antigo Império Carolíngio (grosso modo, atuais França, Bélgica, Suíça, Itália do Norte, Alemanha Ocidental), desde a segunda metade do século XI o Feudalismo penetrou também na Inglaterra, Oriente Médio e Península Ibérica. Naturalmente, em cada um desses locais, o Feudalismo sem se descaracterizar, assumiu feições próprias, ligadas às condições preexistentes e de implantação. Naturalmente, em cada um desses locais o Feudalismo, sem se descaracterizar, assumiu feições próprias, ligadas às condições preexistentes e de implantação. Como foram naqueles locais impostos de cima para baixo, por um grupo de con-

quistadores estrangeiros, aqueles "feudalismos de importação" (Bloch) estavam bem mais sistematizados do que nos locais onde o Feudalismo se desenvolvera espontaneamente [...]

Em suma, como toda sociedade pré-industrial, o Feudalismo pode manter sua capacidade de expansão enquanto houve certo equilíbrio entre os três elementos básicos, capital, natureza e trabalho. Ou seja, enquanto o crescimento econômico, o crescimento territorial e o crescimento demográfico puderam ocorrer de forma complementar um aos outros. Contudo, aquele era um equilíbrio precário, no qual o fator capital tendia a crescer pouco, de forma que a manutenção e a expansão do sistema dependiam da constante incorporação de novas áreas e de mais mão-de-obra. De fato, como boa parte da riqueza gerada provinha da agricultura, e esta era dominada por uma elite fundiária de hábitos suntuosos, calcula-se que apenas 1 ou 2% das rendas agrícolas fossem reinvestidas. Portanto, o progresso técnico era pequeno e o aumento da produção ficava restrito à disponibilidade dos fatores natureza e força de trabalho. Mas estes fatores não podiam crescer indefinidamente. Logo, a dinâmica feudal mostrava os limites do sistema e encaminhava-o para a crise." (FRANCO JR,1983, p. 62/77).

AS INSTITUIÇÕES FEUDOVASSÁLICAS DEPOIS DO SÉCULO XII

As instituições feudovassálicas subsistiram até ao fim do Ancien Régime e até se encontravam certas sobrevivências nos séculos XIX e XX, pelo menos nalguns países, mas não é menos verdade que, a partir do fim do século XIII, estas instituições, no seio dos diversos estados da Europa Ocidental, deixaram de ser um traço verdadeiramente essencial, característico do sistema político e estrutura social de uma nação em dada época.
Houve feudos que subsistiram. Sob o ponto de vista do direito privado, não eram já mais do que terras cuja transmissão dava lugar a atos jurídicos e a direitos particulares de mutação e cujo ocupante – a partir da altura em que já não se requeria serviço militar aos vassalos – podia ser obrigatório à prestação de serviços de vários tipos em condições estabelecidas. O elemento pessoal nas relações feudovassálicas tornou-se algo de inteiramente acessório: a homenagem e a fidelidade já eram quase só formalidades a que era necessário sujeitar-se em determinados prazos para se poder entrar regularmente na posse do feudo. Mais ainda, a homenagem chega a ser considerada como um serviço! Os direitos úteis a este ligados, as percepções a que dava lugar, levaram os senhores a desenvolver os diplomas que se lhe referiam:

reconhecimentos, cadastros, inscrições nos "livros dos feudos" ou "livros dos feudatários". Os atos a cumprir quando das mutações e os processos provocados pelos conflitos relativos aos direitos a exercer sobre o feudo deram uma importância sempre crescente aos tribunais competentes nestas matérias, aos tribunais feudais constituídos por homens de feudo.

Ao mesmo tempo, veio a verificar-se uma transformação no pessoal que ocupava os feudos. A partir do século XIII, e sem dúvida muito antes desse período, mas sobretudo nos séculos seguintes, ao lado dos nobres, viram-se feudos adquiridos por burgueses. Tão numerosos se tornaram que se introduziu em França um direito de mutação bastante pesado, destinado a estas aquisições e chamado o direito de franc-fief, "feudo franco". Representavam elas muitas vezes um meio de ascensão social.

E isto era tanto assim quanto é verdade que, nalguns lugares com muita freqüência e noutros sempre, um feudo constituía um senhorio, trazendo para quem o adquiria o exercício de uma jurisdição, de uma série de direitos úteis e de prerrogativas honoríficas.

Em relação ao direito público, as instituições feudovassálicas continuaram durante muito tempo a apresentar certa importância. Foram, por vezes, até ao final da Idade Média, o meio de criar um laço entre um estado e um território que esse estado procurava adquirir, ou, pelo contrário, um meio de manter um laço entre um estado e um território que ameaçava separar-se dele [...] Na Alemanha os problemas feudovassálicos representaram um papel considerável, no fim da Idade Média e na época moderna, na determinação das relações de direito público entre muito pequenos príncipes ou mesmo pequenos senhores [...] e o Império, quadro político cada vez mais desprovido da sua substância: a dependência imediata em relação ao Império constituía uma defesa contra a absorção pelos estados alemães mais consideráveis [...] Estes conflitos darão lugar, desde o século XVI ao século XVIII, a intermináveis processos perante o Supremo Tribunal do Império. Por outro lado, a existência de relações feudovassálicas dará, inúmeras vezes, às grandes potências européias pretextos oportunos para guerras de conquista: as câmaras de reunião fizeram de tal fato, em benefício de Luís XIV, uma frutuosa utilização.

Finalmente, o dever de conselho que competia aos vassalos não fez somente nascer [...] os tribunais judiciais constituídos por vassalos, donde saíram os tribunais superiores de inúmeros países: "Parlamento de Paris" e outros Parlamentos franceses, Conselho de Flandres, etc. Este mesmo dever de conselho e o costume exigindo que o senhor delibere com os seus vassalos antes de tomar qualquer

decisão importante representarão um papel essencial na formação dos "estados" e de outros organismos representativos das "ordens" no decurso dos três últimos séculos da Idade Média. As origens do Parlamento Britânico, em especial, relacionam-se diretamente com esse fato.
O legado do feudalismo – È possível nos tenha transmitido, através dos séculos, certos legados: não já instituições, mas maneiras de ser, de pensar, de sentir, de nos exprimir. Mal temos consciência já destas heranças, e contudo são bem verdadeiras. Acaso pensamos, ao apresentar as nossas homenagens a uma senhora, que nos declaramos seu vassalo? Aquele que, em língua holandesa, se compromete a apoiar uma pessoa de uma causa met raad en daad, "com conelho e ação" lembra-se acaso que, naquelas condições, promete um serviço de vassalo, consilium et auxilium? Não é acaso ao feudalismo que remontam o prestígio de que goza a profissão das armas, o valor que para nós ainda hoje têm compromissos livremente consentidos, a idéia de que se não é obrigado a obedecer a uma coação que ultrapasse os limites do que é compatível com a dignidade do homem livre? Acaso não é ao culto da "fidelidade" recíproca do senhor e do vassalo que se deve ligar o valor inestimável que alguns reconhecem ainda à virtude da felicidade?" (GANSHOF, 1976, p. 219/222).

CONCLUSÃO

Dominante no ocidente europeu desde o final do século IX, o feudalismo foi passando por transformações que, ao se completarem cerca de dois séculos depois, já começavam a revelar um novo perfil de sociedade que estaria por vir.

Importante observar que as transformações eram resultado da própria dinâmica do feudalismo, e sua ocorrência não sinaliza o fim das instituições feudovassálicas.

RESUMO

Segundo o medievalista Hilário Franco Jr., as mudanças ocorridas nos países do ocidente europeu a partir do século XI, foram resultado da própria dinâmica feudal. Isto é, "o próprio movimento do corpo social, a vida enfim da sociedade, que desencadeava uma série de mutações que de um lado expressavam a vitalidade do Feudalismo na sua maturidade".

Partindo desse pressuposto, o autor analisa o que considera ser uma expressão do movimento geral de renovação e expansão do feudalismo: o crescimento demográfico, econômico e territorial ocorrido na Europa a partir do século XI.

O recuo da mortalidade (ausência de epidemias e o tipo de guerra), ao tempo que aumentavam os números da natalidade (abundância de recursos naturais, suavização do clima, transformação jurídica do campesinato e inovações das técnicas agrícolas), explicariam o crescimento demográfico.

"O crescimento econômico manifestou-se sobretudo através de três fenômenos: maior produção, progresso do setor urbano, acentuada monetarização. [...] O crescimento territorial foi o resultado lógico da necessidade de exportar os excedentes de população e de mercadorias, decorrentes do crescimento demográfico e econômico".

Texto de Ganshof a respeito das instituições feudovassálicas completa a abordagem do tema: transformações do feudalismo.

ATIVIDADES

1. Como você entendeu a questão da dinâmica feudal focalizada por Franco Jr.? Faça um pequeno texto tratando do assunto.
2. Resuma a abordagem feita por Ganshof a respeito das instituições feudovassálicas.

PRÓXIMA AULA

As Monarquias Centralizadas será tema da nossa próxima aula.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1987.
ANTONETTI, Guy. **A Economia Medieval**. Tradução de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Atlas S. A., 1977.
ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda A História. História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2001.
CONTE, Giuliano. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento so Capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Tradução de Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1963. FRANCO

Jr., Hilário. **O Feudalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
---------------------------. **A Idade Média: o Nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
FRANCO Jr, HILÁRIO e CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1986.
GANSHOF, F. L. **Que é O Feudalismo**? Tradução de Jorge Borges de Macedo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976. (Coleção Saber).
PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
PINSKY, Jaime. **O modo de produção Feudal**. São Paulo: Brasiliense, 1979.